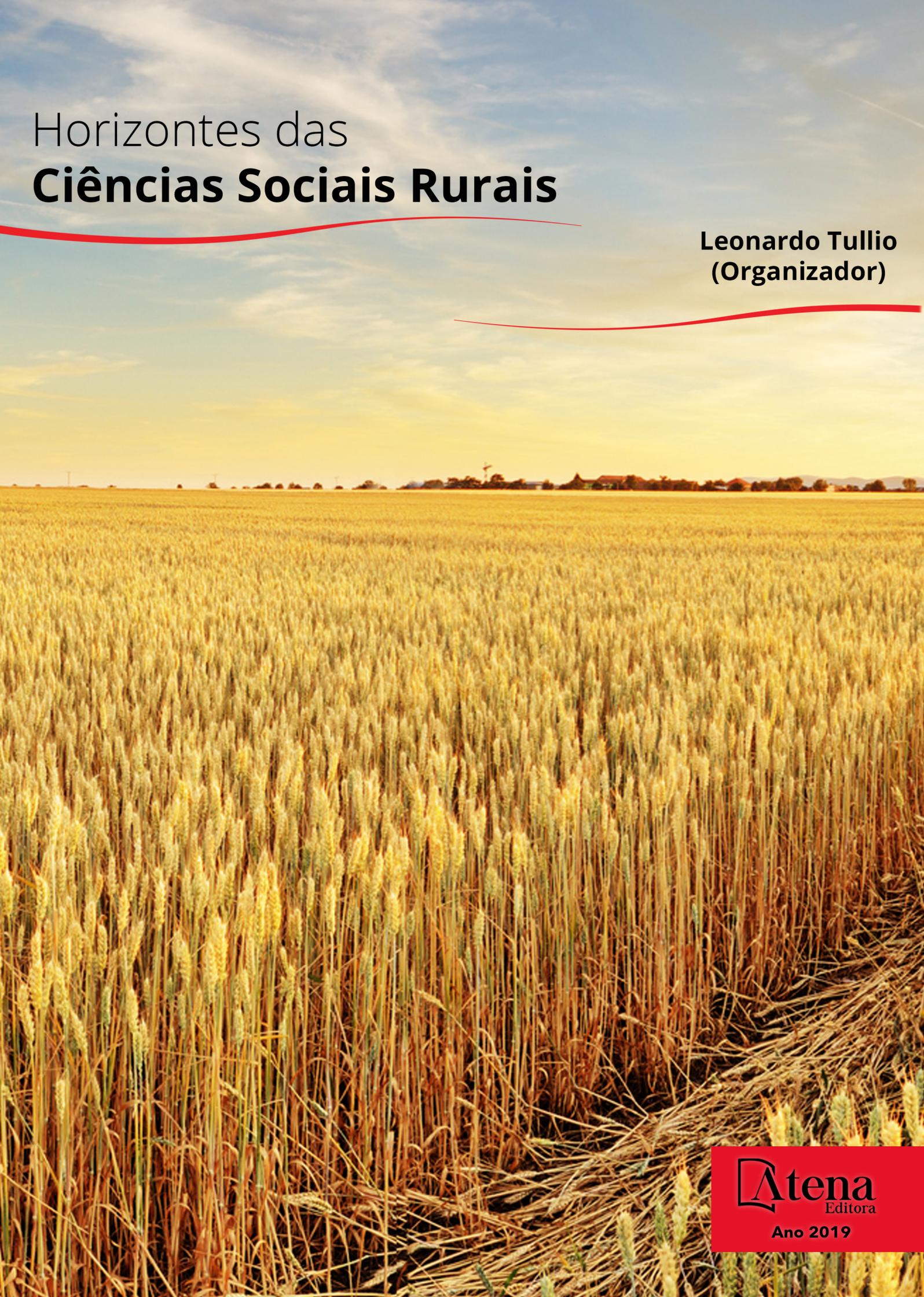


Horizontes das **Ciências Sociais Rurais**



**Leonardo Tullio
(Organizador)**



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-130-5

DOI 10.22533/at.ed.305191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Horizontes das Ciências Sociais Rurais” aborda em seu primeiro Volume uma apresentação de 19 capítulos, no qual os autores tratam sobre a questão da gestão e extensão no meio rural, analisando e discutindo cenários atuais no agronegócio.

Conhecer sobre os conceitos e possibilidades de gestão como sendo ferramentas para estudos sobre este tema vem sendo amplamente discutido, contudo, conhecer as formas de atuação e as políticas envolvidas tornam-se pontos essenciais para desenvolver a crítica construtiva sobre os problemas rurais. Assim, o papel da ciência social está cada vez mais transformando o meio rural.

Transmitir conhecimento e resolver problemas da sociedade é papel de todas, mas nem sempre é possível. A ciência é responsável por gerar conhecimento e tornar o indivíduo crítico sobre o ponto de vista analisado, portanto, adquirir conhecimento exige tempo e crítica é construída com isso.

Por fim, espero trazer conhecimento nesses artigos e incentivar a discussão e entendimento sobre o tema. Bons estudos.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERCEPÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUIÇÕES FORMAIS	
<i>Noellen Silva Amorim Feuser</i>	
<i>Carlo Otávio Zamberlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918021	
CAPÍTULO 2	20
A TEORIA DA INCOMPLETUDE E OS CONTRATOS NO AGRONEGÓCIO	
<i>Débora Mara Correa de Azevedo</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918022	
CAPÍTULO 3	34
EMPREENDEDORISMO RURAL: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE EM ASCENSÃO!	
<i>Tatielle Belem Langbecker</i>	
<i>Alessandro Porporatti Arbage</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918023	
CAPÍTULO 4	52
AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA	
<i>Gustavo Bittencourt Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918024	
CAPÍTULO 5	68
AGRICULTOR GESTOR OU AGRICULTOR OPERACIONAL? NÍVEL GERENCIAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE SERTÃO – RS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Elisane Roseli Ulrich Zanelato</i>	
<i>Josieli Furlan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918025	
CAPÍTULO 6	84
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS: ANÁLISE SISTÊMICA PARA PROPRIEDADES RURAIS	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Vanusa Rossetto</i>	
<i>Géssica Giotti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918026	
CAPÍTULO 7	101
HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: CONJUNTURA DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E O CASO DE FLORIANO PEIXOTO	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Luzana Giaretta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918027	

CAPÍTULO 8	117
VALUATION DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E PREÇO DE ADESÃO À SOCIEDADE	
<i>Bruno José Canassa</i>	
<i>Davi Rogério de Moura Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918028	
CAPÍTULO 9	134
A POLITICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO	
<i>Francisco Clesson Dias Monte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3051918029	
CAPÍTULO 10	148
PROTAGONISMO E COOPERAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA: A CONSTRUÇÃO DE UM ORGANISMO DE CONTROLE SOCIAL (OCS) NO SUL GAÚCHO	
<i>Fabiana da Silva Andersson</i>	
<i>Fernanda Novo da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180210	
CAPÍTULO 11	161
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE O PROCESSO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL	
<i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
<i>Carlos Francisco Bitencourt Jorge</i>	
<i>Carlos Eduardo Moreno dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180211	
CAPÍTULO 12	181
ACORDO COMERCIAL MERCOSUL / UE: IMPACTOS NAS IMPORTAÇÕES DO PARAGUAI	
<i>Victor Ramón Enciso Cano</i>	
<i>Manuela Castillo Quero</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180212	
CAPÍTULO 13	197
BIODIESEL POLICY AND RAW MATERIAL ACQUISITION IN PARANÁ STATE: A CASE ABOUT BRAZILIAN BIODIESEL NATIONAL PROGRAM	
<i>Manoela Silveira dos Santos</i>	
<i>Cristiano Stamm</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180213	
CAPÍTULO 14	213
INDICADORES DE VANTAGEM COMPARATIVA DAS REGIÕES DO BRASIL	
<i>Luana Vaniely de Oliveira</i>	
<i>Adonias Vidal de Medeiros Júnior</i>	
<i>Meire Eugênia Duarte</i>	
<i>Genivalda Cordeiro da Costa</i>	
<i>Ana Cristina Nogueira Maia</i>	
<i>Gerlânia Maria Rocha Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180214	

CAPÍTULO 15	229
CONDICIONANTES E ESTRATÉGIAS PARA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NO MEIO RURAL	
<i>Raquel Breitenbach</i>	
<i>Graziela Corazza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180215	
CAPÍTULO 16	239
A EVOLUÇÃO COMÉRCIO AGROLIMENTAR MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO POLO AÇU- MOSSORÓ: UMA ABORDAGEM DE REDES	
<i>Thales Augusto Medeiros Penha</i>	
<i>Paulo Ricardo da Silva Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180216	
CAPÍTULO 17	255
SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO E A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NO MEIO RURAL BRASILEIRO: O CASO DA EMBRAPA	
<i>Karine Daiane Zingler</i>	
<i>Glauco Schultz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180217	
CAPÍTULO 18	270
A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE EXTENSÃO RURAL PARA A GESTÃO DO COOPERATIVISMO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DO PARANÁ	
<i>Fábio Corbari</i>	
<i>Wilson João Zonin</i>	
<i>Vinícius Mattia</i>	
<i>Marcos Roberto Pires Gregolin</i>	
<i>Patrícia Inês Costa</i>	
<i>Jefferson dos Santos Vorpapel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180218	
CAPÍTULO 19	286
POBREZA: CONCEITOS, ABORDAGENS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO FENÔMENO NO ESPAÇO RURAL	
<i>Daiane Loreto de Vargas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.30519180219	
SOBRE O ORGANIZADOR	298

AS FUNÇÕES PÚBLICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA EXTREMA NA CHAPADA DIAMANTINA, SEMIÁRIDO DA BAHIA

Gustavo Bittencourt Machado

Universidade Federal da Bahia, Escola de
Medicina Veterinária e Zootecnia
Salvador - Bahia

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados da pesquisa intitulada *Multifuncionalidade da agricultura familiar e estratégias de superação da extrema pobreza no Território da Chapada Diamantina, semiárido da Bahia*, que se propôs a investigar sistemas de produção e atividades de comunidades rurais e tradicionais em municípios do Território da Chapada Diamantina, região montanhosa do semi-árido da Bahia, e suas estratégias de superação da extrema pobreza mediante o reconhecimento da existência de funções públicas das famílias rurais nessas comunidades voltadas para a preservação ambiental (função ambiental); transmissão de conhecimentos entre gerações (função educativa). O Programa Bolsa Verde do Plano Brasil Sem Miséria consiste em uma primeira política de âmbito nacional vinculada a estratégias de superação da extrema pobreza, considerando os serviços ambientais e extrema pobreza como categorias relacionadas em assentamentos de reforma agrária.

PALAVRAS-CHAVE: multifuncionalidade da agricultura familiar, pobreza extrema, bolsa verde, semiárido

ABSTRACT: This paper aims to present the results of the research called *Familial farmer multifunctionality and strategies to overcome the extreme poverty in the Chapada Diamantina Territory, semiarid of Bahia, Brazil*, that proposes to comprehend the production and activity systems of rural and indigenous communities in the Chapada Diamantina country, a region with mountains of Bahia semiarid, and its strategies for extreme poverty overcome through the recognize of public functions of the rural families in these communities, destined to the environmental preservation (environmental function), knowledge transfers between generations (education function). The Green Scholarship Program of Brazil Without Misery consists on the first national policy related to the strategies to overcome the extreme poverty, considering the environmental services and extreme poverty to overcome the extreme poverty.

KEYWORDS: familiar farmer multifunctionality, extreme poverty, green scholarship, semiarid

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa intitulada *Multifuncionalidade da agricultura familiar e estratégias de superação da extrema pobreza no Território da Chapada*

Diamantina, semiárido da Bahia, que se propôs a investigar sistemas de produção e atividades de comunidades rurais e tradicionais em municípios do território da Chapada Diamantina, região montanhosa do semi-árido da Bahia, e suas estratégias de superação da extrema pobreza mediante o reconhecimento da existência de funções públicas das famílias rurais nessas comunidades voltadas para a preservação ambiental (função ambiental); transmissão de conhecimentos entre gerações (função educativa).

Propõe-se a investigar estratégias de reprodução de categorias sociais no meio rural, capitalistas, agricultores familiares e comunidades tradicionais do Território da Chapada Diamantina, considerando as recentes políticas de desenvolvimento voltadas aos territórios rurais. No Brasil, esse debate encontra barreiras quanto a identificação e fixação de suas fontes desse financiamento. O Programa Bolsa Verde do Plano Brasil Sem Miséria consiste em uma primeira política de âmbito nacional vinculada a estratégias de superação da extrema pobreza no Brasil, ou seja, serviços ambientais e extrema pobreza como categorias relacionadas.

Este artigo aborda tais dimensões públicas, desenvolvendo ferramentas de análise e apreensão da diversidade da agricultura familiar. Para isso, lança mão de instrumentos já validados cientificamente, como por exemplo, a metodologia Análise-diagnóstico de Sistemas de Agrários e de novos instrumentos de intervenção. O estudo de caso é o Território da Chapada Diamantina, com ênfase no município de Itaetê, em assentamentos de reforma agrária onde se concentra uma parte da pobreza extrema deste território, além de terem a experiência-piloto de implantação do programa bolsa verde, complementar ao programa bolsa família.

2 | A MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA E SEUS SIGNIFICADOS

O termo multifuncionalidade foi utilizado em diferentes sentidos no debate sobre as políticas agrícolas segundo os países e o contexto. Os elementos essenciais da multifuncionalidade são os seguintes: existência de produtos múltiplos, de base e outros, que são conjuntamente produzidos pela agricultura; o fato que certos produtos apresentam as características de externalidades ou bens de interesse público, o resultado consiste em sendo que os mercados desses bens não existem ou funcionam mal.

O trabalho da OCDE (2001) consiste em analisar os múltiplos produtos nas discussões sobre a multifuncionalidade da agricultura, compreendendo os estudos sobre os serviços e produtos ambientais. Segundo a OCDE (2001), a consideração do emprego rural e a segurança alimentar na discussão sobre a multifuncionalidade é controversa pelo fato do emprego rural vinculado à agricultura ser um componente da produção agrícola e não um produto da agricultura, uma externalidade. Há que mencionar, entretanto, a diminuição do êxodo rural para os centros urbanos.

As principais questões associadas à segurança alimentar consistem em seu vínculo com a produção interna (autoconsumo) em relação às fontes alternativas. A característica multifuncional da produção agrícola torna-se pertinente para as políticas se, entre os produtos múltiplos gerados, alguns melhoram ou diminuem o bem-estar, mesmo não havendo mercados privados para as externalidades. Agricultura em áreas rurais contribui para os rendimentos individuais, oferece emprego e gera rendimentos nas regiões, tendo impacto no nível de demanda do consumidor não somente por produtos agrícolas. A agricultura cria condições para que a comunidade agrícola permaneça no meio rural e participe da vida econômica e social em áreas rurais.

Preservação da herança cultural é considerada uma função de uma agricultura multifuncional que inclui a cultura local como capital social que está avaliado como outras formas de capital para o desenvolvimento na Indonésia, segundo Baharsjah (2013). A agricultura multifuncional está apta para estabilizar a sociedade e proteger o meio ambiente em áreas de desenvolvimento desigual. Conforme o conceito de multifuncionalidade, a agricultura tem outras funções como a produção de alimentos pelo desenvolvimento do espaço rural, valorizando a herança cultural, que suporta a economia rural e incrementa a segurança alimentar (PETKOVA *et al*, 2013).

Segundo Petkova *et al* (2013), a Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Econômica (OCDE, 2013) considera a agricultura multifuncional que produz um número básico de bens (alimentos e fibras) e um número de produtos sem mercado, incluindo produtos e serviços ambientais e sociais como a conservação ambiental, a conservação das terras e fonte de energias renováveis e a proteção ambiental.

O Programa Bolsa Verde, criado em 2011, visa apoiar famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvem atividades de conservação ambiental. Os serviços ambientais do programa compreendem a manutenção da cobertura vegetal da propriedade onde a família beneficiária está inserida e o uso sustentável dos seus recursos naturais. A fonte de recursos é do governo federal do Brasil (SANTOS *et al*, 2012).

O valor de remuneração para cada família é de R\$300,00 por trimestre, durante dois anos, renovável por mais dois anos. Entre as salvaguardas ambientais, destacam-se o respeito aos direitos de posse e uso da terra, territórios e recursos naturais; contribuição para a diversificação econômica e sustentável do uso dos recursos naturais; contribuição para a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais, da biodiversidade e dos serviços ambientais; promoção de melhor governança, articulação e alinhamento com as políticas e diretrizes nacionais, regionais e locais.

3 | METODOLOGIA DE PESQUISA: ANÁLISE-DIAGNÓSTICO EM SISTEMAS AGRÁRIOS

Uma parte da pesquisa desenvolveu-se em assentamentos de reforma agrária do município de Itaeté, Território da Chapada Diamantina, semi-árido do estado da Bahia. Foram entrevistadas 97 famílias assentadas que recebem os recursos do Programa Bolsa Verde e Bolsa Família, utilizando-se o Método Análise-diagnóstico em sistemas agrários, desenvolvido no *Institut des Sciences et Industries du Vivant et de l'Environnement (AgroParisTech)*. As entrevistas foram realizadas nos Assentamentos Macaco Seco, Rosely Nunes, Santa Clara e Moçambique.

Os rendimentos agrícolas e não-agrícolas foram calculados e sistematizados a fim de avaliar o impacto do Programa Bolsa Verde na estratégia de superação da extrema pobreza, vinculando programas de transferência de renda ao reconhecimento das funções públicas da agricultura familiar, como a preservação do território.

Essa metodologia baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular, ou seja, de um escala macro (internacional, nacional e regional) para a menor dimensão de produção e reprodução das famílias rurais (a unidade familiar). Considera os subsistemas de *atividades agrícolas e não-agrícola* - diante da importância crescente do fenômeno da pluriatividade na ocupação e renda das famílias rurais - e valoriza os subsistemas *extrativismo, quintal e o trabalho doméstico* - como atividades essenciais na reprodução da unidade familiar.

Essa estratificação pode ser realizada através de zoneamento agroecológico, da tipologia de famílias e da tipologia de sistemas de atividades. Além disso, a capacitação para implementação da metodologia envolve outras diferentes práticas e processos participativos de ensino-aprendizagem. Trabalha-se com amostragens dirigidas, analisando-se a diversidade dos fenômenos mais importantes. O tamanho da amostra é determinado, sobretudo, pela complexidade e diversidade da realidade estudada. Antes, porém, define-se a escala de abordagem: território, município ou comunidade rural (agricultores familiares, indígenas ou quilombolas), um assentamento de reforma agrária ou mesmo uma comunidade urbana ou periurbana, onde se pratique agricultura e outras atividades.

A Análise-diagnóstico em Sistemas Agrários consiste em conhecer a realidade dos agricultores-pecuaristas no contexto agrário regional; identificar e classificar hierarquicamente os elementos de toda natureza (agroecológicas, técnicas e socioeconômicos) que condicionam a evolução dos sistemas de produção e compreendem como eles interferem concretamente nas transformações da agricultura. O método permite caracterizar as práticas técnicas, econômicas e sociais dos agricultores e compreender a sua evolução em relação a práticas de outras categorias socioprofissionais. O método baseia-se em passos progressivos, partindo do geral para o particular.

O sistema agrário consiste em uma combinação de variáveis essenciais como

o ambiente cultivado: ecossistema original mais as transformações historicamente experimentadas; os instrumentos de trabalho; o modo de artificialização do ecossistema (reprodução e exploração do ambiente cultivado); a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; o excedente agrícola; as relações de troca entre setores associados, relações de propriedade, de força que regulam a repartição dos produtos do trabalho, bens de produção e consumo, relações de troca entre sistemas; o conjunto de idéias e instituições que asseguram a reprodução social como a produção, relações de produção e troca, repartição do produto.

O sistema de produção agrícola pode ser definido como a combinação no espaço e no tempo dos recursos disponíveis e das próprias produções: vegetais e animais. Trata-se de uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos: - sistemas de cultivo, definidos com base nas parcelas ou grupos de parcelas trabalhados de maneira homogênea segundo os mesmos itinerários técnicos e sucessões de culturas. Os sistemas de criação são definidos com base nos rebanhos ou parte deles e os sistemas de transformação dos produtos agrícolas consistem no primeiro beneficiamento ainda na propriedade rural.

Nem sempre, num primeiro momento, é possível perceber quem faz a gestão do sistema de atividades. É possível tratar-se de uma gestão individual exclusivamente ou gestões que são coletivas entre os membros da família. Pode-se afirmar que aquela que participa do trabalho doméstico, em geral, a mulher, não decide e organiza, sob sua gestão, essas atividades, mesmo que o homem a auxilie, mas sob a lógica e a rotina estabelecidas pela mulher, compreendendo quem decide o quê. Essa margem de decisão não seria relativa a cada atividade, ou subsistema do método. A mulher decide mais, em determinadas atividades, o homem em outras, revelando uma clara divisão sexual do trabalho familiar, tanto na relação com o mercado, a produção agrícola, o quintal, além do espaço doméstico.

Quando se propõe abordar o problema pela lógica da família e pelas relações de gênero na organização do trabalho e no tempo de trabalho gasto de cada membro no conjunto de atividades, a realidade se revela bastante complexa. Não há modelos, padrões únicos e homogêneos. Todavia, interessa conhecer, durante um ano, o tempo de trabalho de cada Unidade de Trabalho Familiar - UTF em cada atividade ou subsistema. A soma das UTFs parciais por subsistema é igual a 1 (ou 100%), correspondente ao tempo integral dedicado às atividades agrícolas, não-agrícolas, ou ao trabalho doméstico.

O tempo de trabalho da UTF em cada atividade determina a renda que cada UTF gera para o sistema de atividades. Trata-se de obter o real valor-trabalho baseado no tempo efetivamente ocupado por cada família nas atividades produtivas, incluindo o trabalho doméstico. Estima-se a UTF em cada atividade até a soma da UTF total do sistema. O objetivo é calcular o tempo de trabalho de cada membro da família nas diversas atividades; não basta simplesmente perguntar ao entrevistado.

3.1 A avaliação econômica dos sistemas de atividades e produção agrícola

Mede-se o resultado da produção pelo **produto bruto (PB)**, que corresponde ao valor total do que é produzido, seja para venda, seja para o consumo da família. O sistema de produção consome bens que são transformados no processo que totalizam o **consumo intermediário (CI)**. Incluem-se também os custos de aluguel de equipamentos ou de contratação de serviços. A família disponibiliza, para a produção, o seu patrimônio (espécie de capital fixo), o qual é parcialmente transformado, pois sofrem desgaste e perdem valor. Esse custo é calculado sob a forma de **depreciação anual do capital fixo (Dep)** e acrescentado a outros custos a exemplo de: **impostos (Imp)**, **juros (J)**, **salários (Sal)** e **arrendamento da terra (Rt)**. Finalmente, adicionam-se os **subsídios (Sub)**.

A parte do produto bruto que fica com o produtor após a dedução do consumo intermediário, depreciação dos equipamentos, impostos, juros, salários e arrendamento da terra, adicionada aos subsídios, constitui a **renda agrícola (RA)**, conforme a fórmula a seguir:

$$RA = PB - CI - Dep - Sal - Imp - J - Rt + Sub$$

Quando os agricultores têm pouca terra disponível, são levados a adotar sistemas de atividades que exigem mais força de trabalho, permitindo-lhes obter uma renda mais elevada por unidade de área. Calcula-se essa renda agrícola dividindo-se por unidade de área (RA/Sa), sem esquecer o subsistema Quintal e o Subsistema Extrativismo.

O rendimento não-agrícola provém de atividades não-agrícolas que um ou mais membros da família exercem, além das transferências governamentais (aposentadorias, pensões, bolsas-família) que algumas famílias recebem. Define-se o nível de renda por trabalhador familiar para se proceder à comparação com o patamar de reprodução simples, em que se considera a cesta básica familiar ou regional, e com o patamar de reprodução ampliada, tendo, como parâmetro, o custo de oportunidade da força de trabalho

3.2 A equação final do rendimento familiar

A equação final de rendimentos da família corresponde à soma do rendimento agrícola com o rendimento não-agrícola e o rendimento do trabalho doméstico. Este, de fato, não existe, pois não tem valor de troca, embora haja um trabalho familiar incorporado que interdepende das demais atividades (subsistemas) e pode ser medido pelo custo de oportunidade do emprego doméstico¹ na região estudada.

1 Esse valor pode ser considerado o tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 1988) requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade do trabalho. O quantum de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso é o que determina a grandeza de seu valor.

$$RT = RA + RNA + TD$$

RT = rendimento total; RA = rendimento agrícola; RNA = rendimento não-agrícola;

TD = trabalho doméstico

Com a renda por cada subsistema, dividem-se as UTF's parciais de cada membro da família pela UTF total de cada subsistema, obtém-se o percentual dessas UTF's parciais. Esse valor percentual, ou em decimal, é multiplicado pelo valor da renda do subsistema. Com isso obtém-se o valor que cada membro da família produz em cada subsistema.

Esses dados indicam o seguinte: a) a participação das mulheres no trabalho e na geração de renda na agricultura familiar; b) a importância do trabalho doméstico, do qual não se obtém um rendimento de fato, mas que se integra, sendo fundamentais às demais atividades agrícolas e não-agrícolas. Através do trabalho doméstico concentrado na mulher, liberam-se os demais membros da família (Unidades de Trabalho Familiar) para exercerem outras atividades.

Segundo o MDA *et al* (2010), o Território Chapada Diamantina, está localizado no centro do estado da Bahia, compreendendo 23 municípios (Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Itaeté, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner), com uma área total de 30.458,88Km.

A população dos municípios do Território da Chapada Diamantina cresceu pouco entre 2000 e 2010, com uma população de 352.607 em 2000, e 359.677, em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da Chapada Diamantina, em 2000, variava de 0,569 a 0,591 para quatro dos 23 municípios; entre 0,657 e 0,681, para cinco municípios, considerado desenvolvimento moderado.

No município de Itaeté na Chapada Diamantina, 65 famílias foram assentadas no Projeto de Assentamento Macaco Seco, em 2000; 141 famílias no Projeto de Assentamento Baixão, em 1998; 50 famílias no Projeto de Assentamento Europa, em 2000 e 60 famílias no Projeto de Assentamento Santa Clara, em 2005.

Segundo Muritiba (2008), no Assentamento Baixão, das 140 famílias hoje assentadas, 71% vieram de povoados próximos, principalmente Rumo, seguido de Colônia e Bananeiras e trabalhavam, principalmente, nas fazendas do entorno; 26% faziam roças em posses ou áreas arrendadas em terras de outros; 2% eram assalariados rurais e 1% desenvolvia algum tipo de atividade na sede municipal.

No Assentamento Moçambique, segundo Muritiba (2008), tem-se 50 famílias e a maioria dessas famílias declarou ter tido uma relação de posse da terra, antes do assentamento, sendo 42% em pequenas áreas de terra da própria família e 35% em terras de outros. De povoados do entorno e da sede municipal vieram 17% e 6% eram moradores da própria fazenda.

No Assentamento Rosely Nunes (2008), segundo Muritiba (2008), organizado pelo Movimento dos Sem-Terra - MST, das 160 famílias hoje assentadas, a maioria de

66% veio de povoados vizinhos, principalmente Colônia, e sobreviviam da venda de diárias ou trabalho por produção nas fazendas de entorno. Um número significativo, 24%, morava e trabalhava em áreas de terra da própria família e os demais moravam em terras de outros ou desenvolviam algum tipo de atividade urbana, nos municípios de Itaetê, Nova Redenção e Andaraí.

4 | RENDIMENTOS E NÍVEIS DE REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

No Assentamento Rosely Nunes, em Itaetê, as famílias recebem os benefícios do Programa Bolsa Verde e do Programa Bolsa Família, necessários para a manutenção dessas famílias no Assentamento no período de extensa estiagem por que passou o semiárido do Nordeste nos anos de 2011 a 2013. Essas famílias não obtiveram qualquer resultado de suas colheitas, nem das criações, sendo a renda agrícola igual a zero. O rendimento familiar era obtido pelas transferências governamentais (bolsa verde e bolsa família) e por aposentadorias eventualmente.

A pergunta que se afirma é a seguinte: a bolsa verde adicionada à bolsa família é suficiente para retirar essas famílias rurais da condição de pobreza extrema e sobretudo em período de estiagem prolongada?

Família pluriativa com bovinos, quintal, bolsa verde e bolsa família

Na família pluriativa com bovinos, quintal, bolsa verde e bolsa família, o homem trabalha com carpintaria juntamente com a mulher, na criação de bovinos e no quintal, sendo que a mulher dedica-se às atividades domésticas com mais intensidade.

A família, com 2 unidades de trabalho familiar e 4 membros na família, recebe R\$ 3.600,00 da carpintaria, R\$ 1.200,00 da bolsa verde e R\$1.224 da bolsa família por ano. Tem um custo com os animais de R\$ 600,00, de consumo intermediário, com renda agrícola negativa. A renda total corresponde a R\$ 5.425,00, com uma cesta básica anual de R\$ 3.600,00. A bolsa verde e a bolsa família correspondem a 40% do rendimento total da família.

No Assentamento Rosely Nunes, há famílias que somente recebem a bolsa verde e a bolsa família (*Família com bolsa verde e bolsa família*). Essa família não exerce atividades agrícolas no assentamento em virtude da estiagem prolongada. Ela recebe R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 2.400 da bolsa família em 2013, com 3 UTF e 4 membros na família. A cesta básica corresponde a R\$ 4.386 por ano. Outra *Família com bolsa verde e bolsa família* recebe R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 2.880 da bolsa família, sendo a cesta básica de R\$ 4.386. O rendimento total corresponde a R\$ 4.080,00.

Na *Família não-agrícola com empregado, bolsa verde e bolsa família*, trata-se de uma família com 2 unidades de trabalho familiar e 5 membros, que recebe R\$ 1.200 das atividades não-agrícolas, na condição de diarista, R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 4.080 da bolsa família. A cesta básica familiar é de R\$ 3.786 por ano. O rendimento

familiar anual corresponde a R\$ 6.480,00.

Na *Família com aposentadoria, com bolsa verde e bolsa família*, trata-se de uma família com 2 UTF e 3 membros. A família recebe R\$ 8.685 de aposentadoria por ano, em 2013, com R\$ 2.400 da bolsa família e R\$ 300,00 da bolsa verde. A cesta básica anual corresponde a R\$ 3.186,00. O rendimento total da família por ano corresponde a R\$ 11.385,00.

Na *Família com aposentadoria e bolsa família*, a família recebe R\$ 8.685 de aposentadoria e R\$ 480,00 da bolsa família, totalizando um rendimento familiar de R\$ 9.185,00. A cesta básica corresponde a R\$ 2.600,00 por ano.

Trata-se de uma família com 3 unidades de trabalho familiar e 7 membros (*Família agrícola com bovinos, quintal, bolsa verde e bolsa família*). O homem trabalha com bovinos e o quintal com galinhas e a mulher dedica a maior parte do tempo ao trabalho doméstico e ao quintal com galinhas. Um dos filhos dedica-se à criação de bovinos, ao quintal e ao trabalho doméstico. A renda agrícola é negativa em virtude das despesas com consumo intermediário no valor de R\$ 660 com os bovinos e R\$ 360 com o quintal.

A família recebe R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 4.728 da bolsa família. A cesta básica corresponde a R\$ 4.800 por ano. O rendimento familiar corresponde a R\$ 5.930,00, equivalente às transferências governamentais.

No Assentamento Moçambique, observam-se 10 tipos de famílias e sistemas de atividades e produção agrícola, semelhantes entre si, mas que apresentam diferenças que são determinantes do nível de rendimentos dessas famílias.

No caso da *Família pluriativa com bovinos, bolsa verde e bolsa família*, esta família apresenta 4 unidades de trabalho familiar com 5 membros na família. A renda agrícola é negativa e a família recebe bolsa verde, bolsa família e rendimentos não-agrícolas em virtude de um membro trabalhar como diarista durante o ano. A renda não-agrícola corresponde a R\$ 9.885, a cesta básica, R\$ 4.325, a bolsa verde, R\$ 300 e a bolsa família R\$ 1.700.

Nesse tipo, também se situa a *Família pluriativa com bolsa verde e bolsa família*, sendo que a renda agrícola é negativa, de - R\$ 360, a renda não-agrícola, de R\$ 1.200, a bolsa verde de R\$ 1.200, a bolsa família, de R\$ 4.320 e a cesta básica, de R\$ 4.800. As transferências governamentais são necessárias para garantir a sobrevivência deste tipo de família.

Neste tipo, também encontra-se outro caso de *Família pluriativa com bolsa verde e bolsa família*, em que a bolsa verde corresponde a R\$ 1.200, a bolsa família a R\$ 4.270, a renda não-agrícola, no valor de R\$ 2.400 e a cesta básica no valor de R\$ 3.000. As transferências são necessárias, nesse tipo, para retirar as famílias da condição de pobreza extrema. Trata-se de uma família com 5 unidades de trabalho familiar e 7 membros.

Neste caso de *Família pluriativa com bolsa verde e bolsa família*, trata-se de uma família com 7 unidades de trabalho familiar e 7 membros na família. A família

recebe R\$ 1.200 da bolsa verde, R\$ 2.900 da bolsa família. Possui um rendimento não-agrícola de R\$ 2.400, com uma cesta básica de R\$ 3.600. A bolsa verde e a bolsa família contribuem para retirar esse tipo de família da condição de pobreza extrema.

Nesse caso, trata-se de uma família com 4 unidades de trabalho familiar e 4 membros na família (*Família agrícola com aposentadoria, bolsa família e bolsa verde*). A família recebe R\$ 8.685 de aposentadoria, R\$ 480 da bolsa família e a cesta básica é de R\$ 2.940. Os rendimentos da aposentadoria mantem a família. A mulher dedica mais tempo ao trabalho doméstico e o homem distribui seu tempo de trabalho entre as demais atividades.

Nessa família do tipo *Família agrícola com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*, a família possui 4 unidades de trabalho familiar e 4 membros. A renda agrícola é negativa, de – R\$ 112, a bolsa verde corresponde a R\$ 1.200, a bolsa família, a R\$ 1.700, sendo que a família recebe R\$ 8.685 de aposentadoria. A cesta básica corresponde a R\$ 6.000. As atividades são bem distribuídas entre os membros da família e a mulher destaca-se nas atividades domésticas. Trata-se de uma família com sistema de produção diversificado.

Trata-se de uma família com 3 unidades de trabalho familiar e 5 membros na família (*Família pluriativa com bolsa família*). O homem distribui seu tempo de trabalho nas diversas atividades agrícolas e a mulher, 63% do seu tempo às atividades domésticas. A família recebe R\$ 1.200 do trabalho de empregado de um dos membros e R\$ 4.200 da bolsa família e tem uma cesta básica de R\$ 6.000.

Nessa família, a mulher dedica 63% às atividades domésticas. Trata-se de uma família com 2 unidades de trabalho familiar e 4 membros. A família recebe R\$ 1.200 de rendimentos não-agrícolas, R\$ 2.900 da bolsa família, sendo que a cesta básica corresponde a R\$ 3.600. A bolsa família é necessária para retirar esta família da condição de pobreza extrema.

Trata-se de uma família com 3 unidades de trabalho familiar e 3 membros (*Família agrícola com bolsa família*). A família recebe R\$ 190 de rendimentos agrícolas, R\$ 3.840 da bolsa família e a cesta básica corresponde a R\$ 4.920. Esta família encontra-se em situação de indigência, sendo insuficiente a bolsa família para garantir os rendimentos básicos a esta família. A mulher dedica 42% às atividades domésticas e 37% ao quintal com horta.

Em outra *Família agrícola com bolsa família*, a bolsa família corresponde a R\$ 1.200 e a cesta básica a R\$ 1.800. Trata-se de um tipo em situação de indigência.

Trata-se de uma família com 5 unidades de trabalho familiar e 5 membros na família (*Família pluriativa com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*). A mulher dedica 55% às atividades domésticas. A renda agrícola é negativa. A família recebe R\$ 3.480 da bolsa família, R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 8.685 de aposentadoria. A cesta básica corresponde a R\$ 5.400. Trata-se de uma família que se mantém na atividade e no sistema de produção.

Trata-se de uma família com 5 unidades de trabalho familiar e 6 membros (*Família*

agrícola). A mulher dedica 44% às atividades domésticas e 31% ao quintal com galinhas. Esta família não possui renda de qualquer natureza e a cesta básica corresponde a R\$ 1.800 por ano. Trata-se de uma família que é ajudada pela comunidade.

Trata-se de uma família com 6 unidades de trabalho familiar e 8 membros na família (*Família agrícola com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*). A mulher dedica 43% do seu tempo às atividades domésticas. Trata-se de um sistema de produção agrícola diversificado. Apesar disso, com a prolongada estiagem, a renda agrícola em 2012 foi zero. A família recebe R\$ 1.200 da bolsa verde, R\$ 4.270 da bolsa família e R\$ 2.400 de atividades não-agrícolas. A cesta básica corresponde a R\$ 3.000. A bolsa verde e a bolsa família são necessárias para retirar esta família da condição de pobreza extrema.

Trata-se de um sistema de produção agrícola diversificado com distribuição de atividades entre os membros da família (*Família agrícola com bolsa verde e bolsa família*). A mulher dedica 20% ao trabalho doméstico. A renda agrícola é – R\$ 300 em virtude da estiagem prolongada, R\$ 1.200 provém da bolsa verde e R\$ 4.490 da bolsa família. A cesta básica corresponde a R\$ 3.600. A bolsa verde e a bolsa família são necessárias para retirar esta família da condição de pobreza extrema.

No caso dessa *Família agrícola com bolsa verde e bolsa família*, trata-se de 2 unidades de trabalho familiar e 4 membros na família. A renda não-agrícola corresponde a R\$ - R\$ 385, a bolsa verde a R\$ 1.200, a bolsa família a R\$ 2.900 e a cesta básica a R\$ 4.320. Nesse tipo de famílias, as transferências são necessárias para retirar esta família do nível de pobreza extrema.

Trata-se de uma família com 5 unidades de trabalho familiar e 9 membros na família (*Família com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*). A família recebe R\$ 6.000 de aposentadoria, R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 1.080 da bolsa família. A cesta básica corresponde a R\$ 3.600. A bolsa família e a bolsa verde não são necessárias para retirar a família da situação de indigência, sendo necessária a aposentadoria.

Nesse tipo de família, outra família recebe R\$ 8.685 de aposentadoria, R\$ 1.200 da bolsa verde, R\$ 2.400 da bolsa família e a cesta básica corresponde a R\$ 4.800. A aposentadoria é necessária para manter esta família no sistema de produção.

Trata-se de uma família com 3 unidades de trabalho familiar e 5 membros (*Família com bolsa verde e bolsa família*). A mulher dedica 40% do seu tempo às atividades domésticas e o homem, 25%. A família recebe R\$ 1.200 da bolsa verde, R\$ 5.520 da bolsa família e a cesta básica corresponde a R\$ 3.600. Nesse mesmo tipo, a família recebe R\$ 1.200 da bolsa verde e R\$ 4.200 da bolsa família. A cesta básica corresponde a R\$ 3.600. A bolsa família e bolsa verde são necessárias para retirar a família da condição de pobreza extrema.

No caso da *Família agrícola com bolsa verde e bolsa família*, o homem dedica 30% do seu tempo ao consórcio milho e feijão e a mulher 33%. Esta dedica 44% do seu tempo ao trabalho doméstico. A família recebe R\$ 1.200 da bolsa verde, R\$ 2.160 da bolsa família e R\$ 57 de rendimentos agrícolas. A cesta básica corresponde a R\$

3.600.

Nesse tipo de família, em outra família que recebe bolsa família, a mulher dedica 60% ao trabalho doméstico e 40% à criação de bovinos. A família não recebe rendimentos da atividade agrícola, obtém R\$ 3.840 da bolsa verde e tem uma cesta básica de R\$ 3.600. Outra situação de Família agrícola com bolsa verde e bolsa família corresponde àquela em que a renda agrícola é negativa de - R\$ 255. A bolsa família corresponde a R\$ 1.320 e a bolsa verde a R\$ 1.200. A cesta básica é de R\$ 3.000.

Trata-se de uma família que recebe R\$ 2.630 de bolsa família e uma aposentadoria no valor de R\$ 8.685 (*Família pluriativa com aposentadoria e bolsa família*). Os rendimentos não-agrícolas correspondem a R\$ 3.600 e a cesta básica a R\$ 4.200.

Trata-se de uma família em que a mulher dedica 35% do seu tempo ao cultivo de mamona e 65% ao trabalho doméstico (*Família agrícola com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*). O homem dedica 70% ao cultivo de mamona e 30% ao trabalho doméstico. A família recebe R\$ 8.685 proveniente da aposentadoria, R\$ 1.200 da bolsa verde, R\$ 1.585 da bolsa família e a cesta básica da família corresponde a R\$ 3.600.

Trata-se de uma família que obtém rendimentos da condição de empregado (*Família pluriativa*). A família não obtém rendimentos agrícolas e os rendimentos não-agrícolas correspondem a R\$ 9.585. A cesta básica corresponde a R\$ 3.600.

5 | OS RENDIMENTOS DA BOLSA VERDE NO RENDIMENTO TOTAL DA FAMÍLIA: COMPARAÇÃO DOS NÍVEIS DE REPRODUÇÃO

No caso da *Família pluriativa com bovinos, quintal, bolsa verde e bolsa família*, a bolsa verde e a bolsa família foram necessários para retirar este tipo de família da condição de pobreza extrema ou indigência, e classificá-la no nível de reprodução simples, em que os rendimentos são utilizados para a manutenção da família. Sem a bolsa família e a bolsa verde, esta família estaria na condição de indigência. Nesse tipo de família, também se observam famílias capitalizadas que se situam no nível de reprodução ampliada, em que permitem acumular e investir em seus sistemas produtivos.

No caso da *Família não-agrícola* que somente recebe rendimentos da bolsa verde e bolsa família, essas transferências governamentais somente não foram suficientes para retirar essas famílias da condição de pobreza extrema ou indigência, necessitando de ajuda de terceiros. No caso da *Família não-agrícola com empregado, bolsa verde e bolsa família*, a bolsa verde e a bolsa família são necessárias para retirar a família da condição de pobreza extrema ou indigência, classificando-a na condição de reprodução simples. Sem essas transferências governamentais, a família permaneceria na condição de pobreza extrema.

No caso da *Família com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*, a aposentadoria é determinante para retirar a família da condição de pobreza extrema,

classificando-a na condição de reprodução simples. A bolsa família e a bolsa verde somente seriam insuficientes para retirar esse tipo de família da condição de extrema pobreza. Esta situação também acontece com a Família com aposentadoria e bolsa família.

Quanto à *Família agrícola com bovinos, quintal, bolsa verde e bolsa família*, a bolsa família e a bolsa verde são necessários para retirar esse tipo de família da condição de pobreza extrema, mantendo-a na condição de reprodução simples. No caso da Família agrícola com aposentadoria, bolsa família e bolsa verde, a aposentadoria é determinante para situar esta família no nível de reprodução simples. A bolsa família e a bolsa verde seriam insuficientes para retirar esta família do nível de pobreza extrema.

No tipo *Família agrícola com aposentadoria*, os rendimentos não-agrícolas são importantes para situar estas famílias no nível de reprodução simples, não recebendo estas famílias bolsa verde ou bolsa família. No tipo *Família agrícola com bolsa família e bolsa verde*, verificam-se famílias na situação de pobreza extrema, em que a bolsa família e a bolsa verde não são suficientes para retirar essas famílias do nível de pobreza extrema; situações em que a renda agrícola é determinante para situar a família no nível de reprodução ampliada e situações em que a bolsa família e a bolsa verde são necessárias para situar a família no nível de reprodução simples. No caso da *Família pluriativa*, os rendimentos não-agrícolas são importantes para situar esta família no nível de reprodução simples.

No caso do tipo *Família pluriativa com bolsa verde e bolsa família*, em geral, as famílias deste tipo situam-se no nível de reprodução simples, quando a família mantém no sistema de produção sem conseguir capitalizar-se com uma renda anual superior a R\$ 15.000 por ano. Há situações de pobreza extrema assim como de reprodução ampliada, quando os rendimentos agrícolas são determinantes nos rendimentos totais.

Mantem-se em situação de pobreza, mas estão além do limite de pobreza extrema que corresponde à sua cesta básica. Nesse caso, a aposentadoria é decisiva para manter a família no nível de reprodução simples, complementada pela bolsa verde e bolsa famílias. Somente estas não seriam suficientes para retirar as famílias deste tipo do nível de pobreza extrema ou indigência.

No caso da *Família agrícola com aposentadoria e bolsa família e/ou bolsa verde*, a aposentadoria é decisiva para retirar as famílias do nível de indigência, mantendo-as no nível de reprodução simples. A bolsa verde e a bolsa família seriam insuficientes para garantir a sobrevivência dessas famílias. Há situações em que a família situa-se no nível de reprodução ampliada. Quanto ao tipo Família pluriativa com bolsa família, em algumas situações, a bolsa família contribui para retirar as famílias da situação de pobreza extrema, mantendo-as no nível de reprodução simples. Em outras situações, a família mantém-se no nível de pobreza extrema.

Na *Família pluriativa com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família*, a família mantém-se no nível de reprodução simples, sendo que a aposentadoria tem um peso considerável na estrutura de rendimentos da família. Na Família agrícola com bolsa

família, a bolsa família é insuficiente para retirar a família do nível de pobreza extrema. A Família agrícola que não recebe bolsa família mantem-se no nível de indigência.

A *Família agrícola com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família* mantem-se no nível de reprodução simples em virtude da aposentadoria, da bolsa família e da bolsa verde. No caso da Família agrícola com bolsa verde e bolsa família, há famílias que mantem-se no nível de pobreza extrema e famílias que conseguem manter-se no nível de reprodução simples. Famílias com aposentadoria, bolsa verde e bolsa família mantem-se no nível de reprodução simples, além do limite da indigência em virtude do impacto dos rendimentos da aposentadoria, assim como Famílias que recebem a bolsa família e a bolsa verde e não são agrícolas nem pluriativas mantem-se no nível de reprodução simples em virtude do valor elevado da bolsa família.

No caso da *Família agrícola com bolsa verde e bolsa família*, observam-se situações em que as famílias foram classificadas no nível de pobreza extrema, sendo insuficientes a bolsa família e a bolsa verde, e até no nível de reprodução ampliada, quando a renda agrícola é determinante na renda total.

As famílias que fazem parte do tipo *Família agrícola com bolsa verde e bolsa família* situam-se no nível de pobreza extrema, sendo que a bolsa família e a bolsa verde são insuficientes para superar a condição de indigência. Os tipos *Família pluriativa com aposentadoria e bolsa família* e *Família agrícola com aposentadoria e bolsa família e bolsa verde* foram classificados no nível de reprodução simples e virtude do impacto das aposentadorias que elevam o rendimento familiar. A família pluriativa situa-se no nível de reprodução simples em virtude do impacto da aposentadoria.

As famílias que fazem parte do tipo *Família agrícola com bolsa verde e bolsa família* situam-se no nível de pobreza extrema, sendo que a bolsa família e a bolsa verde são insuficientes para superar a condição de indigência. Os tipos *Família pluriativa com aposentadoria e bolsa família* e *Família agrícola com aposentadoria e bolsa família e bolsa verde* foram classificados no nível de reprodução simples e virtude do impacto das aposentadorias que elevam o rendimento familiar. A família pluriativa situa-se no nível de reprodução simples em virtude do impacto da aposentadoria.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribuiu para compreender a relação entre políticas de superação da extrema pobreza e as políticas destinadas ao reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura familiar, compreendendo suas funções econômicas, sociais, culturais, ambientais e territoriais, considerando uma região de montanha, tendo, como estudos de caso, assentamentos de reforma agrária no semiárido da Bahia, onde boa parte das famílias vive em situação de pobreza extrema. Analisam-se os impactos do Programa Bolsa Verde e Bolsa Família na superação da extrema pobreza, coadunando-se com a necessidade de ampliação das ações de preservação e conservação do meio ambiente

desta região.

Uma parte da pesquisa desenvolveu-se em assentamentos de reforma agrária do município de Itaeté, Território da Chapada Diamantina, semi-árido do estado da Bahia, envolvendo bolsistas PIBIC e PIBITI, do CNPq. Foram entrevistadas 97 famílias assentadas que recebem os recursos do Programa Bolsa Verde e Bolsa Família, utilizando-se o Método Análise-diagnóstico em sistemas agrários. As entrevistas foram realizadas nos Assentamentos Macaco Seco, Rosely Nunes, Santa Clara e Moçambique. Os rendimentos agrícolas e não-agrícolas foram calculados e sistematizados, a fim de avaliar o impacto do Programa Bolsa Verde na estratégia de superação da extrema pobreza, vinculando programas de transferência de renda e o início do reconhecimento das funções públicas da agricultura familiar, quanto à preservação do território.

As políticas públicas que reconhecem a multifuncionalidade da agricultura familiar são bastante difundidas na Europa, através da Política Agrícola Comum e das políticas nacionais. Este projeto de pesquisa visa apresentar e demonstrar a importância de convergência entre as políticas públicas de superação da pobreza extrema e as políticas ambientais, sendo a bolsa verde um exemplo dos pagamentos diretos aos serviços ambientais que podem vir a ser implementados no Brasil, segundo o novo Código Florestal. Esta pesquisa traz resultados primários obtidos juntos aos agricultores familiares assentados de reforma agrária, do semiárido da Bahia, relativos à pobreza, pobreza extrema e ações ambientais.

Observa-se ser necessário conhecer e avançar nas políticas de superação da extrema pobreza uma vez que, em várias situações demonstradas, a **combinação bolsa família e bolsa verde não é suficiente para retirar as famílias da situação de indigência. Em outras situações, essa combinação alcança resultados positivos, mantendo ainda as famílias rurais na situação de pobreza.**

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). O Brasil na reunião ministerial de agricultura da OCDE de 2010.. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online...Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP, Available from: <HTTP://www.proceedings.scielo.br/scielo.php? Acesso em 01.05.2014.

BONNAL, Philippe, BONIN, Muriel e AZNAR, Olivier. Les évolutions inverses de la multifonctionnalité de l'agriculture et des services environnementaux, Vertigo – la revue électronique en sciences de l'environnement [Online], volume 12, número 3, décembre 2012. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/12882>;DOI: 10.4000/vertigo. 12882. Acesso em 01.05.2014.

BRUNSTAD, Rolf Jens, GAASLAND, Ivan, VARDAL, Erling. Multifunctionality of agriculture : an inquiry into the complementarity between landscape preservation and food securities. Disponível em : www.jordbruk.uib.no/files/469.pdf. Acesso em : 05.10.2013.

CAHILL, Carmel. The multifunctionality of agriculture: what does it mean? Disponível em: www.onlinelibrary.wiley.com. Acesso em: 05.10.2013.

CHAYANOV, Alexandre V. L'organisation de l'économie paysanne. Paris: Librairie du Regard.

DUFUMIER, Marc. Projetos de desenvolvimento agrícola – manual para especialistas. Trad. Vitor de Athayde Couto. EDUFBA, 2007.

GALVÃO, Maria João, VARETA, Nicole. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8282.pdf. Acesso em 01.05.2014.

GREGA, I. Multifunctionality and joint production. Disponível: www.Agriculturejournal.cz/publicFiles/58771.pdf. Acesso em: 05.10.2013.

HUYLENBROECK, Guido Van, VANDERNEUTEN, Valerie, VERSPECHT, Ann. Multifunctionality of agriculture: a review of definitions, evidence and instruments. Disponível em: www.livingreviews.org/Irh-2007-3. Acesso em: 05.10.2013.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Agrário (MDA) et al. Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina, Bahia. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Coordenação Estadual dos Territórios (CET), Conselho de Desenvolvimento Territorial da Chapada Diamantina – CEDETER, Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica – ASCONTEC.. 2a ed. , 2010.

MURITIBA, Maria Jocélia Souza. Luta pela terra, reforma agrária e territorialização : produção de espaços para trabalho e vida. Itaetê/Bahia - 1997-2007. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social/ Universidade Católica do Salvador (UCSal). Salvador, 2008.

NIERDELE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In Agroecologia - práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Paulo André Nierdele, Luciano de Almeida e Fabiane Machado Vezzani (orgs.). Curitiba: Kairós Edições, 2013, 23-68p..

PARLAMENTO EUROPEU. O futuro da PAC após 2013. Resolução do Parlamento Europeu, de 8 de julho de 2010, sobre o futuro da Política Agrícola Comum após 2013 (2009/2236 - INI). Disponível em: www.europarl.europa.eu. Acesso em 01.05.2014.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In Agroecologia - práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Paulo André Nierdele, Luciano de Almeida e Fabiane Machado Vezzani (orgs.). Curitiba: Kairós Edições, 2013, 69-104p..

PFEIFER, Catherine. Le rôle de l'agriculture pour soutenir la multifonctionnalité des territoires ruraux aux Pays-Bas. In Les Cahiers du développement urbain durable. <http://>

Disponível em: www.unil.ch. Acesso em 01.05.2014.

REIG, Ernest. The spanish approach to the multifunctionality os agriculture: a survey of the literature. Disponível em: www.jard.edu.pl/tam367/zeszyt4/art_11.pdf. Acesso em: 05.10.2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-130-5

